

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
7. Proventos em Dinheiro	2

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	3
2. Balanço Patrimonial Passivo	5
3. Demonstração do Resultado	7
4. Demonstração do Resultado Abrangente	9
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	10

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	12
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	13
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	14

9. Demonstração de Valor Adicionado	15
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	17
---	----

Notas Explicativas	42
--------------------	----

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais	84
---	----

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes	85
---	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	89
--	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	93
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	94
--	----

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / 7. Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2019	Dividendo	01/02/2019	Ordinária		64,53990
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2019	Dividendo	01/02/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	70,99389
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2019	Dividendo	08/05/2019	Ordinária		99,47249
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2019	Dividendo	08/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	109,41974
Reunião do Conselho de Administração	30/04/2019	Dividendo	22/05/2019	Ordinária		115,83739
Reunião do Conselho de Administração	30/04/2019	Dividendo	22/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	127,42113
Reunião do Conselho de Administração	02/08/2019	Dividendo	20/08/2019	Ordinária		109,76850
Reunião do Conselho de Administração	02/08/2019	Dividendo	20/08/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	120,74536
Reunião do Conselho de Administração	01/11/2019	Dividendo	19/11/2019	Ordinária		126,16860
Reunião do Conselho de Administração	01/11/2019	Dividendo	19/11/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	138,78546
Reunião do Conselho de Administração	29/11/2019	Dividendo	10/12/2019	Ordinária		65,70219
Reunião do Conselho de Administração	29/11/2019	Dividendo	10/12/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	72,27241

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	191.816	202.993	224.470
1.01	Ativo Circulante	81.342	46.287	42.701
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.475	25.625	21.463
1.01.01.01	Caixa Geral	518	474	384
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	7.284	4.201	4.046
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	52.673	20.950	17.033
1.01.03	Contas a Receber	15.629	16.750	16.461
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.629	16.750	16.461
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	459	1.902	2.469
1.01.03.02.03	Créditos a Receber	14.931	14.549	13.437
1.01.03.02.04	Adiantamento a Fornecedores	239	299	555
1.01.04	Estoques	1.251	1.012	928
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.178	2.055	2.129
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	809	845	1.720
1.01.08.03	Outros	809	845	1.720
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	809	845	1.344
1.01.08.03.02	Indenizações a Receber	0	0	376
1.02	Ativo Não Circulante	110.474	156.706	181.769
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.276	10.862	9.693
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	2.942	3.171
1.02.01.04	Contas a Receber	1.366	1.289	1.467
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.366	1.289	1.467
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.219	1.985	154
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.219	1.985	154
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.691	4.646	4.901
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	710	665	920
1.02.01.10.04	Indenizações a Receber	3.981	3.981	3.981
1.02.03	Imobilizado	6.280	2.652	7.774
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.156	2.652	7.774

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.03.01.01	Imobilizado	1.960	2.652	7.774
1.02.03.01.02	Estoque para Imobilizações	196	0	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.124	0	0
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento	4.124	0	0
1.02.04	Intangível	93.918	143.192	164.302
1.02.04.01	Intangíveis	93.918	143.192	164.302
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	93.609	143.192	164.302
1.02.04.01.02	Estoque para Imobilizações	309	0	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	191.816	202.993	224.470
2.01	Passivo Circulante	30.612	34.756	31.852
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.800	4.185	4.820
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.800	4.185	4.820
2.01.01.02.01	Salários, Provisões e Contribuições	3.800	4.185	4.820
2.01.02	Fornecedores	2.248	2.565	2.193
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.248	2.565	2.193
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.930	4.683	2.336
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.520	3.275	1.037
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.534	2.279	63
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	986	996	974
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	46	2	0
2.01.03.02.01	ICMS	46	2	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.364	1.406	1.299
2.01.03.03.01	ISS	1.364	1.406	1.299
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	14.017	21.200	20.163
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.322	13.158	14.801
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	8.322	13.158	14.801
2.01.04.02	Debêntures	5.695	8.042	5.362
2.01.04.02.01	Debêntures	5.695	8.042	5.362
2.01.05	Outras Obrigações	5.123	1.740	1.932
2.01.05.02	Outros	5.123	1.740	1.932
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	6
2.01.05.02.04	Seguros a Pagar	54	36	0
2.01.05.02.05	Retenções Contratuais a Pagar	169	361	586
2.01.05.02.06	Obrigações Para Direito da Concessão	356	345	330
2.01.05.02.07	Receita Diferida	679	640	616
2.01.05.02.08	Comissão de Fiança	0	19	33
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	254	333	361

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	3.605	0	0
2.01.06	Provisões	494	383	408
2.01.06.02	Outras Provisões	494	383	408
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	494	383	408
2.02	Passivo Não Circulante	24.183	27.154	32.277
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.877	17.752	21.982
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.372	6.435	12.516
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.372	6.435	12.516
2.02.01.02	Debêntures	13.505	11.317	9.466
2.02.01.02.01	Debêntures	13.505	11.317	9.466
2.02.02	Outras Obrigações	831	0	0
2.02.02.02	Outros	831	0	0
2.02.02.02.03	Arrendamento Mercantil	831	0	0
2.02.04	Provisões	8.475	9.402	10.295
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.332	8.827	9.311
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	661	1.302	1.725
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.671	7.525	7.586
2.02.04.02	Outras Provisões	143	575	984
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	143	575	984
2.03	Patrimônio Líquido	137.021	141.083	160.341
2.03.01	Capital Social Realizado	95.000	93.000	89.000
2.03.02	Reservas de Capital	3.596	3.596	3.596
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.596	3.596	3.596
2.03.04	Reservas de Lucros	38.425	44.487	67.745
2.03.04.01	Reserva Legal	3.368	1.974	2.106
2.03.04.02	Reserva Estatutária	9.488	7.703	7.346
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	25.569	34.810	58.293

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	260.735	258.682	242.323
3.01.01	Receita de Serviços	271.598	259.197	247.587
3.01.02	Receita Extraordinária	1.455	1.398	1.292
3.01.03	Receita de Construções	14.747	24.304	18.155
3.01.04	Abatimentos	-3.772	-3.578	-3.367
3.01.05	PIS	-1.750	-1.743	-1.615
3.01.06	COFINS	-8.079	-8.045	-7.453
3.01.07	ISS	-13.464	-12.851	-12.276
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-126.276	-132.354	-121.189
3.02.01	Custos dos Serviços	-111.529	-108.050	-103.034
3.02.02	Custos de Construções	-14.747	-24.304	-18.155
3.03	Resultado Bruto	134.459	126.328	121.134
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.798	-21.334	-24.241
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.958	-21.530	-21.255
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-19.958	-21.530	-21.255
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8	3.679	587
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	8	3.679	587
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.848	-3.483	-3.573
3.04.05.01	Depreciação	-854	-1.061	-1.251
3.04.05.02	Depreciação de Arrendamento	-3.779	0	0
3.04.05.03	Outros	-92	-421	-170
3.04.05.04	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-2.123	-2.001	-2.152
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	107.661	104.994	96.893
3.06	Resultado Financeiro	-34.970	-44.969	-33.380
3.06.01	Receitas Financeiras	2.828	2.291	3.687
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.828	2.291	3.687
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.798	-47.260	-37.067
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3.918	-4.483	-3.096
3.06.02.02	Despesa Financeira de Arrendamento	-193	0	0

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.06.02.03	Remuneração Debenturistas	-33.687	-42.777	-33.971
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	72.691	60.025	63.513
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.283	-20.535	-21.397
3.08.01	Corrente	-26.592	-21.601	-22.767
3.08.02	Diferido	2.309	1.066	1.370
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	48.408	39.490	42.116
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	48.408	39.490	42.116
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	590,11902	481,40363	513,41385
3.99.01.02	ON	536,47184	437,63967	466,73986
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	PN	510,31735	400,74391	466,21477
3.99.02.02	ON	463,92486	364,31265	423,83161

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	48.408	39.490	42.116
4.03	Resultado Abrangente do Período	48.408	39.490	42.116

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	153.445	141.526	122.593
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	180.966	159.386	143.856
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	72.691	60.025	63.513
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	69.679	52.192	42.167
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	2.173	1.479	169
6.01.01.04	Provisão para Contingências	558	753	801
6.01.01.05	Reversão de Contingências	-1.053	-1.237	-776
6.01.01.06	Recapeamento	116	42	839
6.01.01.07	Reversão Recapeamento	-437	-476	0
6.01.01.08	Juros e encargos financeiros	1.364	1.980	2.643
6.01.01.09	Encargos Debêntures	33.687	42.777	33.971
6.01.01.10	Despesa Financeira - Debêntures	2.188	1.851	923
6.01.01.11	Receita Financeira - Debêntures	0	0	-18
6.01.01.12	Reembolso de Sinistro	0	0	-376
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.521	-17.860	-21.263
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	-1.122	74	-176
6.01.02.02	Créditos a Receber	-381	-1.113	-1.828
6.01.02.03	Créditos a Receber Partes Relacionadas	0	0	474
6.01.02.04	Adiantamento a Fornecedor	61	256	-59
6.01.02.05	Estoques	-239	-84	-41
6.01.02.06	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-46	255	-29
6.01.02.07	Indenizações a receber	0	376	2.164
6.01.02.08	Impostos a recuperar	1.109	1.498	-879
6.01.02.10	Outros Circulantes	-42	99	-93
6.01.02.11	Salários, Provisões e Contribuições	-208	-522	189
6.01.02.12	Fornecedores	-318	372	197
6.01.02.13	Impostos a recolher	-8	131	113
6.01.02.14	Participações nos Lucros dos Resultados	-177	-112	-131
6.01.02.15	Outras obrigações a pagar	-223	-100	4

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.16	Provisão para Manutenção	0	0	-621
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-25.927	-18.990	-20.547
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.264	-27.211	-20.377
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-26.206	-27.439	-20.893
6.02.02	Aplicações financeiras - resgates (aplicações) líquidos	2.942	228	516
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-95.331	-110.153	-111.199
6.03.01	Empréstimos pagos a terceiros	-14.809	-15.315	-18.556
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-52.470	-60.352	-56.884
6.03.03	Empréstimos Obtidos	5.217	7.783	7.000
6.03.04	Encargos financeiros pagos a terceiros	-1.671	-2.172	-2.345
6.03.05	Contratos de Arrendamento	4.436	0	0
6.03.06	Obrigações a Investidores	-36.034	-40.097	-40.414
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.850	4.162	-8.983
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.625	21.463	30.446
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.475	25.625	21.463

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	93.000	3.596	44.487	0	0	141.083
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	93.000	3.596	44.487	0	0	141.083
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.000	0	-11.241	-43.229	0	-52.470
5.04.01	Aumentos de Capital	2.000	0	-2.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-9.241	-43.229	0	-52.470
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.408	0	48.408
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.408	0	48.408
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.179	-5.179	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.179	-5.179	0	0
5.07	Saldos Finais	95.000	3.596	38.425	0	0	137.021

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	89.000	3.596	67.745	0	0	160.341
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	1.604	0	0	1.604
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.000	3.596	69.349	0	0	161.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.000	0	-29.087	-35.265	0	-60.352
5.04.01	Aumentos de Capital	4.000	0	-4.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-25.087	-35.265	0	-60.352
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.490	0	39.490
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.490	0	39.490
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.225	-4.225	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.225	-4.225	0	0
5.07	Saldos Finais	93.000	3.596	44.487	0	0	141.083

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	86.000	3.596	85.513	0	0	175.109
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	86.000	3.596	85.513	0	0	175.109
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.000	0	-22.274	-37.610	0	-56.884
5.04.01	Aumentos de Capital	3.000	0	-3.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-19.274	-37.610	0	-56.884
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.116	0	42.116
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.116	0	42.116
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.506	-4.506	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.506	-4.506	0	0
5.07	Saldos Finais	89.000	3.596	67.745	0	0	160.341

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	284.036	284.579	264.084
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	267.826	255.619	244.220
7.01.02	Outras Receitas	16.210	28.960	19.864
7.01.02.01	Receitas Extraordinárias	1.455	1.398	1.292
7.01.02.02	Receita de Construções	14.747	24.304	18.155
7.01.02.03	Outras	8	3.258	417
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.719	-74.192	-74.052
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.261	-7.711	-7.482
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.711	-42.177	-48.415
7.02.04	Outros	-14.747	-24.304	-18.155
7.02.04.01	Custos de Construções	-14.747	-24.304	-18.155
7.03	Valor Adicionado Bruto	224.317	210.387	190.032
7.04	Retenções	-69.598	-52.192	-42.167
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-69.598	-52.192	-42.167
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	154.719	158.195	147.865
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.828	2.291	3.687
7.06.02	Receitas Financeiras	2.828	2.291	3.687
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	157.547	160.486	151.552
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	157.547	160.486	151.552
7.08.01	Pessoal	19.434	24.706	23.787
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.800	15.112	15.447
7.08.01.02	Benefícios	3.710	4.963	4.908
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.801	2.630	1.280
7.08.01.04	Outros	2.123	2.001	2.152
7.08.01.04.01	Participações Empregados	2.123	2.001	2.152
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.706	47.788	47.437
7.08.02.01	Federais	37.487	34.440	34.425
7.08.02.02	Estaduais	742	493	722
7.08.02.03	Municipais	13.477	12.855	12.290

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.999	48.502	38.212
7.08.03.01	Juros	3.980	4.377	2.930
7.08.03.02	Aluguéis	332	1.348	1.311
7.08.03.03	Outras	33.687	42.777	33.971
7.08.03.03.01	Remuneração Debenturistas	33.687	42.777	33.971
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.408	39.490	42.116
7.08.04.02	Dividendos	37.671	26.289	32.535
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.737	13.201	9.581

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2019, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a responsabilidade social da Concessionária Rio-Teresópolis S/A. Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S/A. (CRT) tem como objetivo a administração da Rodovia Santos Dumont, no trecho Além Paraíba - Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderá até 21/03/2021.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) autorizou a emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais – Classe A. Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, os quais vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas no término do prazo de colocação.

Em 10/06/2003, a CRT – Fundo de Investimento em Participações (FIP) passou a integrar o quadro de acionistas, mediante aquisição de 9.420 ações preferenciais, posteriormente alteradas para 9.526 ações.

Em dezembro de 2010, a INVEPAR sucedeu a OAS na estrutura acionária da CRT.

A rodovia cruza os municípios de Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, que juntos somam uma população de aproximadamente 1,3 milhão (IBGE – Censo 2010).

A via é importante para o escoamento de produtos agrícolas, já que a Região Serrana é a “maior produtora de hortigranjeiros do Estado, em volume, e a maior fornecedora de olerícolas folhosas para as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa – RJ)”. Além disso, a rodovia BR-116/RJ tem relevante importância para o fomento ao turismo do estado, interligando a Capital e a Região Serrana, que conta com inúmeras belezas naturais e tem como principais atrativos o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos, a sede de treinamento da Seleção Brasileira de Futebol, localizada na Granja Comary, e um desenvolvido turismo rural.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Adicionalmente, no Km 77,2 há o entroncamento com a Rodovia RJ-130 (Teresópolis-Friburgo), que juntamente com a RJ-142 faz parte do circuito turístico Serramar, ligando a Região Serrana à Região dos Lagos.

A rodovia está integrada às demais rodovias estaduais e federais e ao Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, compondo importante eixo estratégico do estado na distribuição de produtos e no fornecimento de serviços para atender o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

A companhia atualmente opera com três praças de pedágio: a praça principal PN1 localizada no Km 133,5 em Piabetá, e as praças auxiliares PA1, localizada no Km 114,5 em Santo Aleixo, e PA2, localizada no Km 122 em Santa Guilhermina. Também estão em operação os postos de pesagem fixos localizados em Três Córregos (Km 70,9) e em Piabetá (Km 131).

A CRT tem implementado várias iniciativas inéditas no setor de rodovias brasileiras, dentre elas o programa de *'Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno'*, que vem sendo desenvolvido desde 2006, em parceria com a COPPE/UFRJ e o INMET, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e a associação destas às condições geológicas. Outra iniciativa é o programa *"Fauna Viva"*, cujo objetivo é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

Em paralelo ao programa de investimentos, a CRT tem implantado e mantido uma gama de serviços voltados para seus usuários, conforme descrito abaixo:

Serviços	Quantidade
Bases Operacionais	4
Câmeras de monitoramento	72
Carros-resgate	3
Estação meteorológica	7
Estação pluviométrica	9
Guinchos	6
Painéis de mensagens variáveis	6
Telefones de emergência (callboxes)	100
UTI - Móvel	1
Viaturas de Inspeção	5

Para coordenar toda esta estrutura de atendimento, a concessionária dispõe da Central de Controle de Operações (Central de Inteligência 24 horas), com supervisor e operadores de tráfego que comandam todos os serviços de apoio aos usuários, além da integração com a Polícia Rodoviária Federal, o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e a Defesa Civil.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A CRT gera 819 empregos diretos, entre funcionários próprios e terceirizados (base dezembro/2019), sendo que a maioria de seus funcionários reside em Magé, Teresópolis, Guapimirim e Duque de Caxias, municípios da região atendidos pela via.

Com a geração de empregos, arrecadação de impostos e melhoria na infraestrutura rodoviária, a CRT contribui para o desenvolvimento da região servida pela rodovia.

Ao longo destes 23 anos de gestão, a CRT, por meio de sua política de Responsabilidade Social, vem aumentando sua participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia, com ações de cunho educativo, patrocínio de projetos culturais e educacionais e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos, a Companhia vem obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados como também dos colaboradores internos e usuários da rodovia.

2.2 Destaques do Ano

A retomada do crescimento da economia continua lenta. As dificuldades nas aprovações das reformas estruturais propostas pelo governo federal mantem o nível de incertezas dos investidores elevado. O Boletim Focus de 03/01/2020 prevê o crescimento do PIB em 2019 de apenas 1,17%. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego médio de 2019 foi de 11,9%, o que corresponde a cerca de 12,6 milhões de desempregados, em média, ao longo do ano. O estado do Rio de Janeiro terminou o terceiro trimestre de 2019 com a maior taxa de desocupação da região Sudeste: 14,5%. Em função da lenta retomada do crescimento econômico e da manutenção das taxas elevadas de desemprego, o número de veículos equivalentes¹ pedagiados apresentou crescimento de apenas 0,3% em relação a 2018.

Como forma de mitigar os efeitos desse impacto, a CRT promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos, permitindo um fluxo de caixa saudável. A seguir, os destaques de 2019:

- **Financiamentos**

A companhia liquidou em julho de 2019 os financiamentos BNDES II e BNDES III, cuja captação somou R\$ 93,7M. Os recursos captados foram utilizados em importantes projetos para aumentar a segurança e o conforto dos usuários da rodovia Santos Dumont (BR116/RJ).

- **Rating**

A agência classificadora de riscos, Fitch Ratings em 09/09/2019, afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em 'AAA(bra)', com perspectiva estável.

- **Receita Líquida Ajustada**

Em função do reajuste da tarifa básica de pedágio, ocorrido em setembro de 2018, a Receita Líquida Ajustada apresentou crescimento de 3,3% em relação a 2018.

- **EBITDA Ajustado**

O crescimento da Receita Líquida e a redução de custos e despesas administrativas, provocada pela reestruturação do quadro de colaboradores, pela economia em diversas rubricas e pela transferência dos custos com locação de equipamentos para a conta de depreciação, conforme IFRS 16 permitiu que o EBITDA Ajustado superasse o de 2018 em 12,7%, alcançando o índice de 71,9% de Margem EBITDA Ajustada.

¹ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

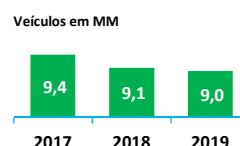
3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

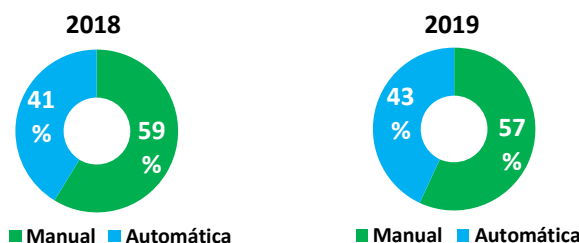
As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rio-Teresópolis S/A. são definidas pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Em setembro/2019, a ANTT, por meio da deliberação nº 902 de 17/09/2019, aprovou a 23ª revisão ordinária, a 9ª revisão extraordinária e o reajuste correspondente à variação do IPCA, da tarifa básica de pedágio. Os impactos das revisões de custos, investimentos e tráfego, somados ao reajuste, mantiveram a tarifa básica de pedágio no valor já praticado de R\$ 19,30.

3.2 Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2019	2018	Δ%
Veículos Pagantes	9.017	9.087	-0,8%
Manual	5.136	5.339	-3,8%
Automática	3.881	3.749	3,5%



A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos - das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais e Veloe - nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou queda de 202 mil veículos (-3,8%). Já o tráfego das pistas automáticas cresceu 133 mil veículos (+3,5%).



4. INDICADORES OPERACIONAIS

As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

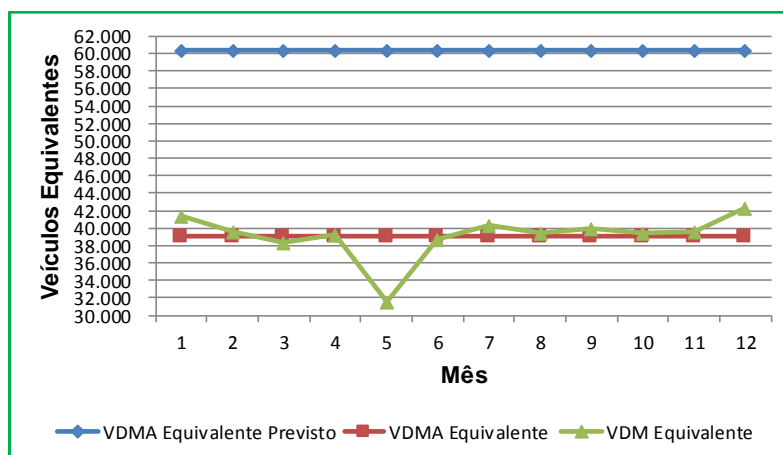
4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Variação mensal do volume em 2018



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, principalmente em função da decisão da ANTT pela suspensão temporária da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2009, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no Km 14.

Tráfego Pedagiado em 2019

CATEGORIA	DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS			QUANT.
	TIPO DE VEÍCULO	EIXOS	RODAGEM	
1	automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	6.376.671
2	caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	dupla	1.300.725
3	automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque	3	simples	17.180
4	caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	dupla	402.369
5	automóvel com reboque e caminhonete com reboque	4	simples	3.595
6	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	dupla	283.857
7	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	dupla	198.260
8	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	dupla	229.880
9	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	7	dupla	39.937
10	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	8	dupla	1.130
11	motocicletas, motonetas e bicicletas a motor	2	simples	136.095
Especial	caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	10 +	dupla	27.577
Total				9.017.276

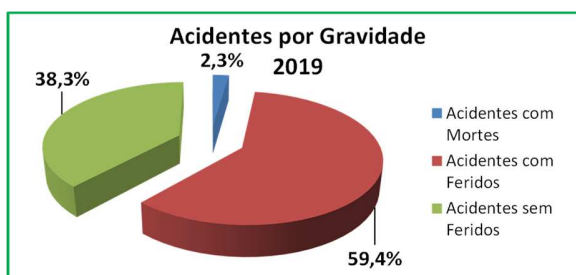
4.2 Segurança no Trânsito

4.2.1 Acidentes

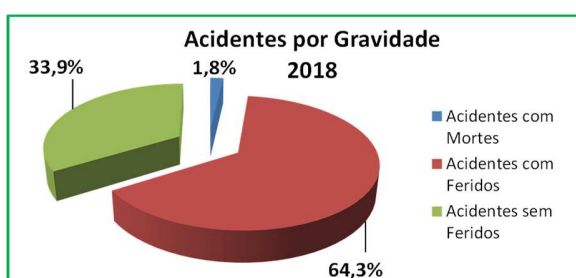
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e total de pessoas envolvidas em 2019 e 2018.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Percentual e acidentes por gravidade em 2019

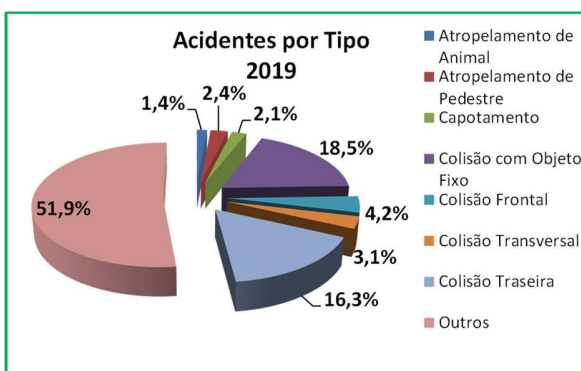


Percentual e acidentes por gravidade em 2018

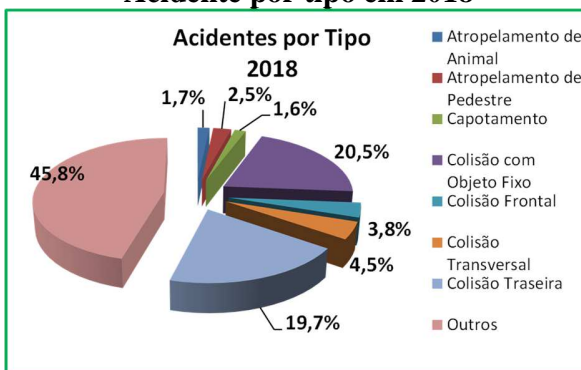


O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2019



Acidente por tipo em 2018



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2019. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de Veículos	Quantidade	Qte/100 Km
Viatura de Inspeção	5	4
Guincho Leve	3	2
Guincho Pesado	1	1
Guincho Super Pesado	2	1
Carro Resgate	3	2
Ambulância Simples	0	0
UTI	1	1
Balança Móvel	1	1
Balança Fixa	1	1
Total de Veículos Operacionais	17	12
Administração	19	13
Pedágio	1	1
Caminhão	0	0
Segurança do Trabalho	1	1
Manutenção	2	1
Faixa de domínio	1	1
Total de Veículos de Apoio	24	17
Total de Veículos	41	29

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela, as quantidades de funcionários empregados pela Companhia na operação da concessão em dezembro/2019. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**Tipos de funcionários alocados na concessão**

Tipo de Função	Quantidade	Qte/VDMA
Coordenador de Tráfego	1	0,3
Insp. Tráfego	1	0,3
Operadores de Tráfego	17	4,3
Assistente de Tráfego	4	1,0
Coordenador Fx. Domínio	1	0,3
Operadores de Balança	39	10,0
Assistente de Balança	1	0,3
Guincho Leve	6	1,5
Guincho Super Pesado	12	3,1
Médico	7	1,8
Resgatista/Socorrista	38	9,7
Total de Pessoal Operacional	127	32,4
Coordenador Pedágio	1	0,3
Sup. Assist. Pedágio	2	0,5
Sup. Pedágio	1	0,3
Arrecadador	71	18,1
Total de Pessoal de Pedágio	75	19,2
Total	202	51,6

4.4 Aspectos Financeiros**4.4.1 Receitas**

Apresentamos a receita da concessionária em 2019 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

RS mil	Em 2019	Acumulada
Receita com Pedágio	271.598	4.310.884
Receita extraordinária	1.455	12.757
Total	273.053	4.323.641

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2019, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

RS mil	Em 2019	Acumulado
Investimentos	22.371	934.472

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

4.4.3 Custos Operacionais

RS mil	Em 2019	Acumulado
Custos Operacionais	601.751	957.565

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2019.

RS mil	Em 2019	Acumulado
ISS	13.464	201.597

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

4.4.4 Tarifas de Pedágio

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

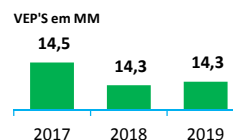
Valor da tarifa por praça de pedágio

Praça de pedágio	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PN1 (km 133,5)	19,30	38,60	28,95	57,90	38,60	77,20	96,50	115,80	9,65
PA1 (km 114,5)	13,50	27,00	20,25	40,50	27,00	54,00	67,50	81,00	6,75
PA2 (km 122,0)	13,50	27,00	20,25	40,50	27,00	54,00	67,50	81,00	6,75

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

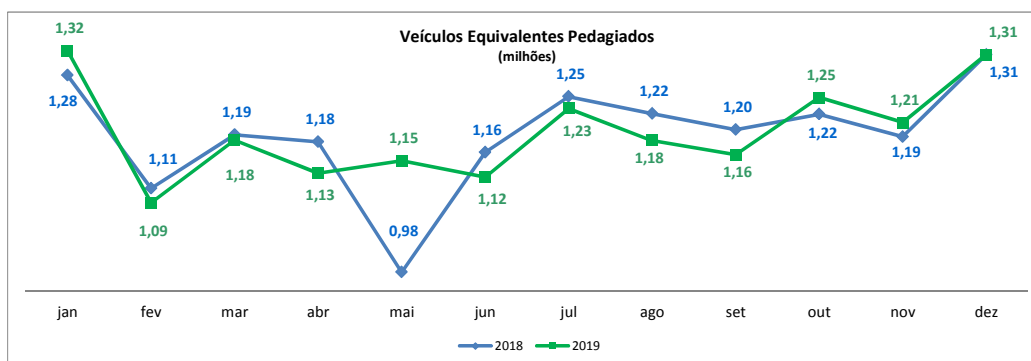
5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2019	2018	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	14.329	14.288	0,3%
Leves	6.478	6.570	-1,4%
Pesados	7.851	7.718	1,7%



Em 2019, foram pedagiados 14,3 milhões de veículos equivalentes, crescimento de 0,3% em relação a 2018. Os veículos leves apresentaram queda de 92 mil VEP's (-1,4%). Já os veículos pesados apresentaram crescimento em relação 2018 de 134 mil VEP's (+1,7%).

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



O crescimento dos veículos pesados pode ser explicado pelo ganho de parte do tráfego perdido durante a greve dos caminhoneiros, ocorrida no final de maio de 2018. O desempenho dos veículos leves e pesados foi impactado negativamente pela demora da retomada do crescimento econômico, que mantém a renda familiar baixa e pela obra de duplicação da BR 493, que liga a rodovia a BR 101, principal ligação entre as regiões sudeste e nordeste. As obras vêm causando engarrafamento e aumentado consideravelmente o número de assaltos naquela rodovia.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

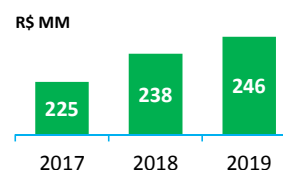
6.1 Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 154,7M, redução de - 2,25% em relação a 2018, cujo valor adicionado foi de R\$ 158,2M. Essa redução deve-se principalmente ao aumento das depreciações e amortizações.

6.2 Receita Operacional

R\$ mil	2019	2018	Δ%
Receita Líquida	260.743	262.361	-0,6%
Receitas de Pedágio	271.598	259.197	4,8%
Outras Receitas	1.463	5.077	-71,2%
Receita de Construção (IFRS)	14.747	24.304	-39,3%
Deduções da Receita	(27.065)	(26.217)	3,2%
Receita Líquida Ajustada¹	245.996	238.057	3,3%

¹ Exclui Receita de Construção e provisões.



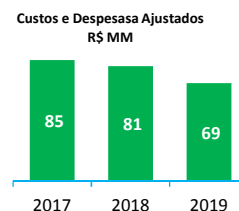
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio em 2019 foi de R\$ 271,6M, o que representou um aumento de R\$ 12,4M em relação ao ano anterior, devido ao reajuste da tarifa básica em set/18, da ordem de 6,62% (de R\$ 18,10 para R\$ 19,30) e ao crescimento do tráfego de 0,3%.
- **Receitas Extraordinárias/Outras** – As receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 1,5M em 2019, queda de R\$ 3,6M em relação a 2018. A redução deve-se ao recebimento em 2018 de R\$ 3,6M proveniente de indenizações da seguradora.
- **Receita da Construção** - Foram apurados como receita de construção (IFRS) R\$ 27,1M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

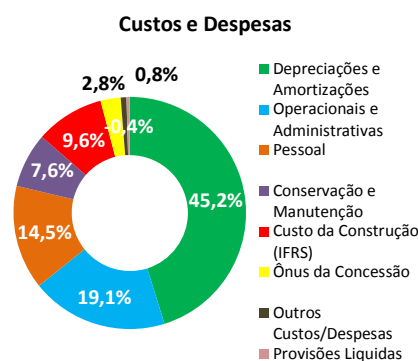
6.3 Custos e Despesas

R\$ mil	2019	2018	Δ%
Custos e Despesas	152.739	156.967	-2,7%
Pessoal	22.364	28.197	-20,7%
Operacionais e Administrativas	29.380	33.236	-11,6%
Conservação e Manutenção	11.744	13.083	-10,2%
Ônus da Concessão	4.316	4.551	-5,2%
Outros Custos/Despesas	1.263	1.952	-35,3%
Provisões Líquidas	(673)	(548)	22,7%
Custo da Construção (IFRS)	14.747	24.304	-39,3%
Depreciações e Amortizações	69.598	52.192	33,4%
Custos e Despesas Ajustados¹	69.067	81.020	-14,8%

¹Exclui Custo de Construção, Provisões, Depreciações e Amortizações



Os Custos e Despesas Ajustados estão R\$ 12,0M (-14,8%) abaixo dos registrados em 2018. Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - queda de R\$ 5,8M (-20,7%), em decorrência de reestruturação das equipes; **Operacionais e Administrativas** – redução de R\$ 3,9M (-11,6%), devido a economias e transferência dos custos com locação de equipamentos para a conta de depreciação (R\$ 3,1M), conforme IFRS 16; **Conservação e Manutenção** – redução de R\$ 1,3M (-10,2%) devido à economia com serviços de monitoração e sinalização viária e transferência dos custos com locação de equipamentos para a conta de depreciação (R\$ 679 mil), conforme IFRS 16; **Ônus da Concessão** – queda de R\$ 235 mil em decorrência da menor demanda para os projetos do RDT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico); **Outros Custos/Despesas** – redução de R\$ 689 mil com despesas de sinistros. **Provisões Líquidas** - Reversões de provisões referentes a ações cíveis e trabalhistas.



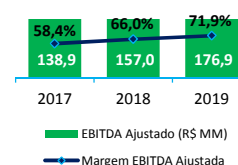
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

As despesas com Depreciação e Amortização de 2019 totalizaram R\$ 69,6M, superando o ano de 2018 em R\$ 17M (+33,48%). O crescimento ocorreu em função do encerramento de várias obras ao longo de 2018 e de 2019 e da apropriação de R\$ 3,7M referentes ao IFRS 16.

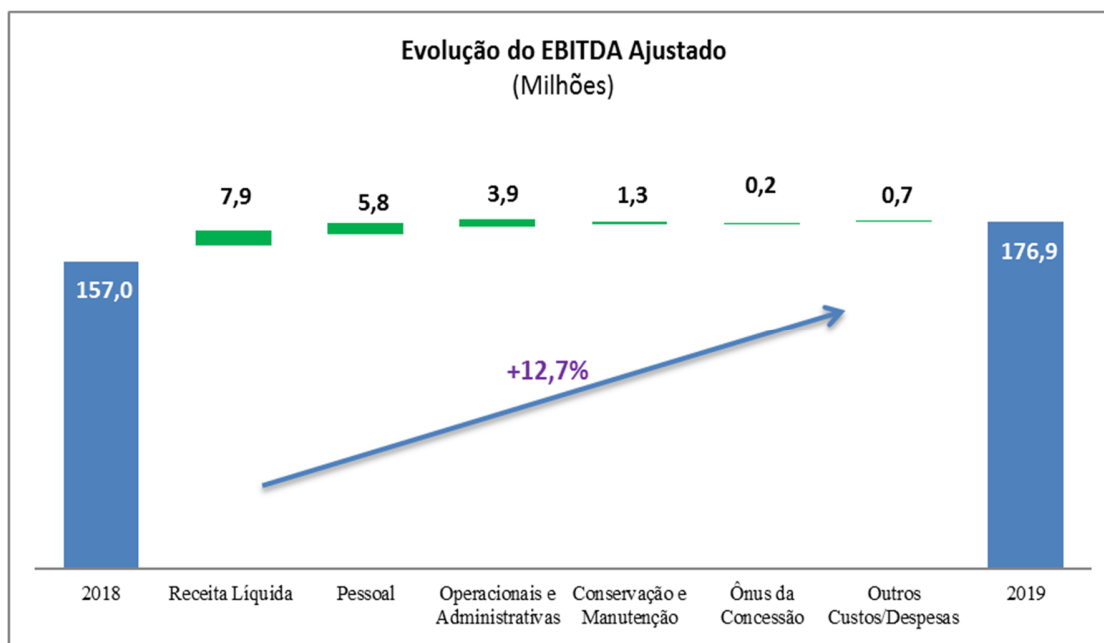
6.4 EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA Ajustados	2019	2018	Δ%
Receita Líquida Ajustada ¹	245.996	238.057	3,3%
Pessoal	(22.364)	(28.197)	-20,7%
Operacionais e Administrativas	(29.380)	(33.236)	-11,6%
Conservação e Manutenção	(11.744)	(13.083)	-10,2%
Ônus da Concessão	(4.316)	(4.551)	-5,2%
Outros Custos/Despesas	(1.263)	(1.952)	0,0%
EBITDA Ajustado	176.929	157.038	12,7%
Margem EBITDA Ajustada	71,9%	66,0%	6,0 p.p.

¹Exclui Receita de Construção e provisões



O EBITDA Ajustado do ano totalizou R\$ 177M, crescimento de R\$ 19,9 (+12,7%) em relação ao apurado em 2018. A Margem EBITDA Ajustada foi de 71,9% (+5,9 p.p.), resultante dos reajustes da tarifa básica de pedágio em 2018 e dos esforços na redução de custos e despesas.

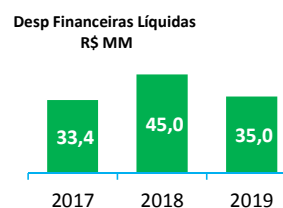


Relatório da Administração/comentário do Desempenho

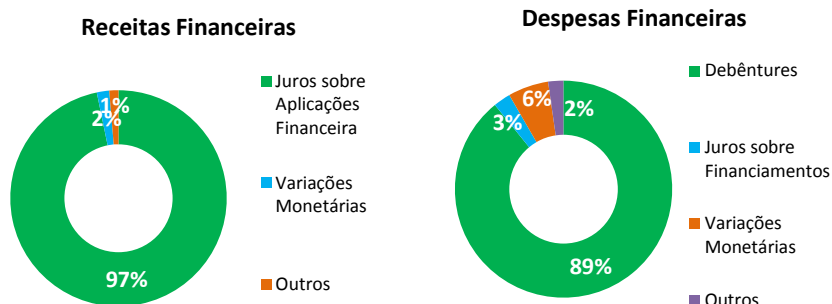
O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, da variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

6.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	2019	2018	Δ%
Receitas Financeiras	2.829	2.291	23,5%
Juros sobre Aplicações Financeira	2.737	2.040	34,2%
Variações Monetárias	52	0	0,0%
Outros	39	251	-84,4%
Despesas Financeiras	(37.799)	(47.260)	-20,0%
Debêntures	(33.687)	(42.777)	-21,2%
Juros sobre Financiamentos	(970)	(1.741)	-44,3%
Variações Monetárias	(2.277)	(2.012)	13,2%
Outros	(865)	(730)	18,5%
Resultado Financeiro	(34.970)	(44.969)	-22,2%



O resultado financeiro da Companhia em 2019 totalizou R\$ 35M de despesas financeiras líquidas, o que representa uma queda de R\$ 10M em relação a 2018. Esta redução ocorreu em função da menor atribuição de Debêntures (em 2018 foram atribuídos R\$ 18,6M referentes a lucros acumulados contra R\$ 4M em 2019).



Relatório da Administração/comentário do Desempenho**6.6 Resultado do Exercício**

DESCRIÇÃO	2019	2018	Δ%
Veículos equivalentes	14.329	14.288	0,3%
Receita operacional líquida	260.743	262.361	-0,6%
Receitas operacionais	271.598	259.197	4,8%
Abatimentos	(3.772)	(3.578)	5,4%
PIS, COFINS, ISS e outros	(23.293)	(22.639)	2,9%
Outras receitas	1.463	5.077	-71,2%
Receita de construção	14.747	24.304	-39,3%
Custos e despesas	(83.141)	(104.775)	-20,6%
Custos e despesas	(64.751)	(76.468)	-15,3%
Provisões diversas	(558)	(754)	-26,0%
Reversões diversas	1.231	1.302	-5,5%
Ônus da concessão	(4.316)	(4.551)	-5,2%
Custo de construção	(14.747)	(24.304)	-39,3%
EBITDA	177.602	157.586	12,7%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>68,11%</i>	<i>60,06%</i>	<i>8,05 p.p.</i>
Depreciações e amortizações ¹	(69.598)	(52.192)	33,3%
Despesas financeiras líquidas ²	(34.970)	(44.969)	-22,2%
Lucro antes i. renda	73.034	60.425	20,9%
Imposto de renda/contribuição social ³	(24.626)	(20.935)	17,6%
Lucro líquido	48.408	39.490	22,6%
Lucro líquido/receita líquida	18,57%	15,05%	3,52 p.p.
Receita líquida ajustada⁴	245.996	238.057	3,3%
EBITDA ajustado⁵	176.929	157.038	12,7%
Margem EBITDA ajustada	71,9%	66,0%	5,9 p.p.

¹ Inclui R\$ 3.779 de arrendamento IFRS 16

² Inclui R\$ 33.687 de remuneração das debêntures e R\$ 193 de arrendamento IFRS 16

³ Contém R\$ 343 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet) em 2019 e R\$ 400 em 2018

⁴ Exclui receita de construção e provisões

⁵ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

O Lucro Líquido no ano, por ação preferencial, atingiu R\$ 590,12 contra R\$ 481,40 em 2018. Por ação ordinária, o valor foi de R\$ 536,47 contra R\$ 437,64 em 2018. As variações são resultantes dos reajustes da tarifa básica de pedágio em 2018, dos esforços na redução de custos e despesas e da menor atribuição de debêntures.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Reconciliação EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado	2019	2018	Δ%
Lucro líquido no ano	48.408	39.490	22,6%
Imposto de Renda e CSLL	24.626	20.935	17,6%
Remuneração Debenturistas	33.687	42.777	-21,2%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	1.283	2.192	-41,5%
Depreciação e amortização	69.598	52.192	33,4%
EBITDA	177.602	157.586	12,7%
Provisões Líquidas	(673)	(548)	22,7%
EBITDA Ajustado	176.929	157.038	12,7%
Margem EBITDA Ajustada	71,9%	66,0%	6,0 p.p.

6.7 Disponibilidade e Endividamento

6.7.1 Captações de recursos

A concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, foram captados recursos de longo prazo no Brasil (BNDES) compatíveis com as necessidades de investimentos previstas no contrato de concessão.

Em 2009, obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012, finalizamos a fase de captação. A dívida foi totalmente liquidada.

Em agosto de 2012, realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), no valor de R\$ 9,5M, por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A. A dívida foi totalmente liquidada.

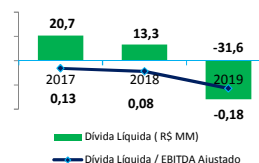
Em dezembro de 2013, a companhia assinou, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, o contrato de financiamento de importantes obras que foram realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Houve a captação de apenas R\$ 41,8M, devido a eliminação da obra do trecho IV da Serra no cronograma de investimentos da Companhia, conforme 21ª Revisão Ordinária (PER). A dívida foi totalmente liquidada.

Em 2016, a Companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M por meio da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco SANTANDER (BRASIL) S/A. Essa operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral e construção de retorno. Até o momento houve a captação de R\$ 20M. O saldo a ser amortizado até fevereiro de 2021 é de R\$ 9,7M.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

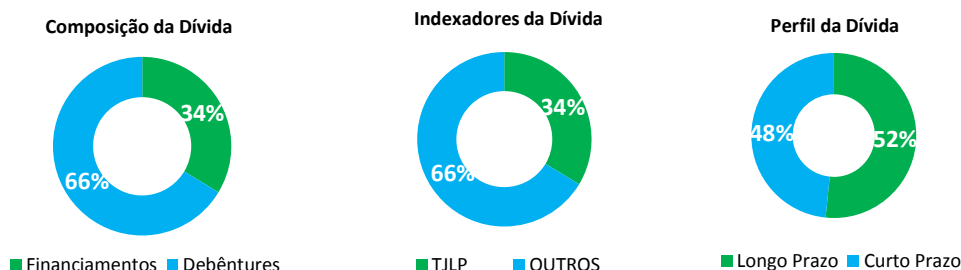
6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

Endividamento R\$ mil	2019	2018	Δ%
Curto Prazo	13.956	21.200	-34,2%
Empréstimos e Financiamento	8.322	13.158	-36,8%
Debêntures	5.634	8.042	-29,9%
Longo Prazo	14.878	17.753	-16,2%
Empréstimos e Financiamento	1.372	6.435	-78,7%
Debêntures	13.505	11.318	19,3%
Dívida Bruta	28.834	38.952	-26,0%
Caixa e Equivalente de Caixa	60.474	25.625	136,0%
Dívida Líquida	(31.640)	13.327	-337,4%
EBITDA Ajustado	176.929	157.038	12,7%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	- 0,18	0,08	-310,7%



A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 60,5M, superando o saldo de 2018 em R\$ 34,9M. O crescimento do saldo deve-se ao maior faturamento com a arrecadação de pedágio, as reduções de custos e despesas, ao menor volume de investimentos e a menor distribuição de resultados aos investidores.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2019 é de R\$ 28,8M, uma redução de R\$ 10,1M em relação ao saldo de dezembro/2018 motivada pela amortização dos financiamentos. A relação entre curto e longo prazo está praticamente em equilíbrio, já que 48% do saldo tem vencimento no curto prazo e 52% no longo prazo.



A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2019 apresentou o indicador de -0,18 contra 0,08 de 2018.

Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

6.8 Principais Investimentos

Dentre as obras realizadas desde o início da concessão até dez/2019, destacam-se: Construção de 5 viadutos, construção de 22 passarelas, 204 pontos de contenção de encosta, 16,35 quilômetros de ruas laterais, 351.732 m² de reconstrução do pavimento, 105.575 m³ de recapeamento, iluminação de 40 quilômetros da rodovia, e 9,7 quilômetros de construção da terceira faixa na serra.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em abril/2010, a Companhia iniciou as obras de construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, obra de suma importância para a maior segurança e fluidez do tráfego. Foram concluídos 9,7 quilômetros, entre o Km 103,87 e o Km 94,2 da rodovia.

Durante o ano de 2019, foram investidos R\$ 15,8M, com destaque para as obras de contenção de encostas e de reconstrução dos pavimentos rígido e flexível. Esses investimentos têm como objetivo a melhoria no fluxo de veículos e o aumento da segurança dos usuários que trafegam na rodovia.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão aprovado na última revisão.

Investimentos - R\$ milhões	2019	2018	Δ%
Ampliação da Rodovia	4.468	7.080	-37%
Contenções de encostas	2.148	11.517	-81%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	9.191	7.271	26%
Total	15.807	25.868	-39%

Ano	Investimentos (R\$ MM)
2017	18,8
2018	25,8
2019	15,8

Até o final da concessão (2020-2021), ainda serão investidos cerca de R\$ 66,5M em obras e equipamentos, com destaque para a reconstrução do pavimento flexível.

7. GESTÃO ESTRATÉGICA

7.1 Estratégica

7.1.1 Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido sucesso sistematicamente na obtenção das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e em função das demandas decorrentes da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

7.2 Política de Distribuição de Resultados

7.2.1 Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. A Companhia tem buscado maximizar a distribuição de dividendos, após atendimento das exigências contratuais, legais e operacionais, tendo como meta a distribuição anual mínima de 75% do resultado após constituição das reservas legais e estatutárias.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

7.2.2 Remuneração das Debêntures

Cada debênture terá direito à participação nos lucros da companhia, após constituição das reservas legais e estatutárias, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela CRT de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela empresa a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações. A participação nos lucros é calculada de acordo com a seguinte fórmula: $(R = 4,1180175 \times D)^2$.

7.2.3 Atribuições no ano

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado de 2019 totalizaram R\$ 72,9M (Acionistas R\$ 43,2M e Debenturistas R\$ 29,7M), calculados na base de 100% do resultado.

A companhia também realizou, em fevereiro de 2019, o pagamento de R\$ 9,8M referentes à parcela final de lucros acumulados, sendo R\$ 5,8M de dividendos e R\$ 4,0M de remuneração das debêntures.

7.3 Ética e Transparência

A CRT lançou em 2015 seu Código de Ética e Conduta direcionado a todos os colaboradores, diretores, conselheiros e acionistas, bem como aos seus prestadores de serviços e fornecedores. O projeto teve início em 2013 com a promulgação da Lei Anticorrupção nº 12.846 de 02/08/2013, à qual a Companhia buscou manter total aderência aos seus princípios. O Código de Ética e Conduta aponta importantes diretrizes e normas para garantir o combate à corrupção, assim como quaisquer outras ações (mesmo realizadas por outra empresa privada) que causem prejuízos à CRT e/ou propiciem vantagens indevidas aos seus colaboradores, diretores, conselheiros, acionistas ou quaisquer terceiros. Após a realização do treinamento de todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta foi disponibilizado juntamente com um canal de denúncias gerenciado por empresa externa, independente e especializada, a fim de garantir o anonimato e eficiência no processamento destas.

7.4 Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2019 com o efetivo de 283 funcionários, maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2019, a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, com a ginástica laboral, a massoterapia e o programa de correção postural. Mantiveram-se os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, bem como a política de subvenção educacional, além do Vale Transporte e do Vale Refeição determinados em convenção.

² R = remuneração total de cada Debênture; e D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, observando a ressalva do disposto na Cláusula 2.17 da Escritura de Emissão das Debêntures.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

7.5 Ferramentas de Gestão

- **Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas** - vem sendo desenvolvido desde 2006, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e sua associação às condições geológicas a partir da correlação entre as chuvas e o histórico de deslizamentos no trecho da Serra.

Com isso, busca-se reduzir possíveis acidentes ocasionados por fortes chuvas no local. A partir desse programa que compõe a gestão de riscos da CRT, desenvolvido por convênio de cooperação técnica entre a CRT e a ANTT com o INMET e a COPPE/UFRJ, foram desenvolvidos modelos de previsibilidade de temporais e acidentes geológicos, assim como foi estabelecido o alerta meteorológico para os setores de operações e de engenharia.

Baseadas em estudos prévios, estão instaladas 8 (oito) estações meteorológicas, 2 (dois) pluviômetros, 10 (dez) inclinômetros em encostas, 14 (quatorze) piezômetros tipo corda vibrante, 34 (trinta e quatro) piezômetros tipo Casagrande e 29 (vinte e nove) medidores de nível d'água.

Os dados obtidos pelas estações meteorológicas, assim como por informações dos principais centros de previsão do tempo e do sistema de comunicação com a CRT, possibilitam o envio *online* de boletins atualizados à área técnica e operacional da concessionária, com a análise instantânea sobre as condições climáticas, permitindo a adoção de medidas preventivas, minimizando os impactos na rodovia.

A estação do abrigo 4 no Parque teve muitos problemas devido a dificuldade do acesso (manutenção) e para transmissão de dados. Por isso retiramos da lista dos equipamentos. Em conversa com o Austim, ele considerou que a informação de chuva na altura em que ficou essa estação (acima de 2.000 m) não é relevante para nosso controle de gestão sobre o clima, pois ela ficou acima da cota das nuvens que são responsáveis pelos temporais na área serrana (até 1500 metros).

7.6 Governança Corporativa

7.6.1 Conselho de Administração

A CRT conta com um Conselho de Administração que se reúne mensalmente, ou sempre que necessário, e é composto por 7 (sete) conselheiros representantes dos acionistas controladores, minoritários e debenturistas, com uma organização e procedimentos de registro e tomada de decisão em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

7.6.2 Comitê Jurídico

Criado em agosto/15, o comitê jurídico é composto por advogados indicados pelo Conselho de Administração com o objetivo de avaliar, propor e validar estratégias jurídicas a serem adotadas pela CRT em temas previamente escolhidos.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

7.6.3 Comitê de Conduta e Ética

Composto por um colaborador externo, um colaborador membro do Conselho de Administração da CRT e um colaborador interno indicado pelo Presidente do Comitê de Ética da CRT, todos formalmente nomeados ou destituídos pelo Conselho de Administração da Companhia. Esse comitê tem como principais atribuições: auxiliar todos os colaboradores na compreensão das diretrizes éticas da CRT, zelar pela atualização dessas diretrizes, analisar e decidir sobre eventuais infrações e violações ao Código de Ética da CRT, determinar adoção de medidas necessárias em caso de descumprimento das políticas definidas no Código de Ética, e assegurar que o Conselho de Administração esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da CRT.

7.6.4 Auditoria Interna

O Conselho de Administração da CRT aprova a programação de auditoria do ano, cuja coordenação é exercida pela Auditoria Interna da INVEPAR.

7.6.5 Assembleia dos Debenturistas

Em conformidade com a escritura de emissão das debêntures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da CRT.

7.6.6 Outros Comitês

A Companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores.

Para mais informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.crt.com.br, na seção Relação com Investidores.

7.7 Responsabilidade Social e Ambiental

A CRT, divulgou seu segundo edital para receber proposições para patrocínio de projetos de responsabilidade social em 2019.

Os projetos selecionados para receber patrocínio por meio da Lei Rouanet foram:

Teatro na Escola: "Meio ambiente, Cidadania e Consumo Inteligente" (APAExonados), promovido pela APAE Magé, que desenvolve ações com 30 (trinta) participantes diretos, por meio de atividades culturais voltadas às artes cênicas, e cerca de 1.200 (hum mil e duzentos) espectadores, crianças e jovens da rede pública de ensino no município de Magé.

Oficina de Marcenaria: Preparar jovens e adultos deficientes para o ofício de marcenaria, desenvolvido pela Associação Pestalozzi de Magé.

Turma da Música: Oficinas de música para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (90 vagas), por meio de um programa de ensino musical em escolas/instituições na região de Magé e/ou Guapimirim.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Projeto Exposição Fotográfica “Rosário, sonhos e cores”, desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, que utiliza a arte da fotografia para captar a realidade da comunidade do bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em Teresópolis, com ações que propiciam o desenvolvimento de 50 (cinquenta) jovens entre 12 e 21 anos.

Na área ambiental, podemos destacar:

Dia Mundial do Meio Ambiente: Para marcar as comemorações pelo "Dia Mundial do Meio Ambiente", a CRT promove a distribuição de mudas que ocorre no sentido Teresópolis, após a passarela de Mauá (km-131), em Bongaba, Magé, como forma de incentivar a consciência ecológica e a preservação ambiental entre os moradores ou visitantes da Região Serrana.

Mutirão de limpeza em bairros lindeiros: Gerar a conscientização sobre a importância de se preservar o meio ambiente como forma de prevenir tragédias em comunidades próximas a encostas, quando da ocorrência de chuvas fortes.

Comemoração Dia da Árvore: Para marcar as comemorações pelo "Dia da Arvore", a CRT promove a distribuição de mudas que ocorre no sentido Teresópolis, após a passarela de Mauá (km-130,5), em Bongaba, Magé, como forma de incentivar a consciência ecológica e a preservação ambiental entre os moradores ou visitantes da Região Serrana.

Projeto Fauna Viva, que existe desde 2008 e conta com o apoio e a colaboração do Instituto Chico Mendes, do IBAMA, do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Laboratório de Anatomia.

O objetivo central é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

O Projeto Fauna Viva é realizado na BR-116/RJ, trecho Rio-Teresópolis - Além Paraíba, totalizando 142,5 quilômetros. A área de estudo inicia-se no município de Duque de Caxias e atravessa os municípios de Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia.

O trecho abriga uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País - o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Ali vivem várias espécies como a onça-parda, macaco muriqui, preguiça, cachorro do mato além de diversas aves. Algumas espécies correm um risco maior de serem impactadas pelos atropelamentos na área da rodovia, como o macaco bugio, preguiça, cachorro-do-mato, tatu-galinha, gambá, ouriço-cacheiro, gaviões, e corujas de diversas espécies.

A seguir, demais projetos em andamento na área ambiental:

- ✓ Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e do Ar – PARNASO;
- ✓ Programa de Monitoramento Pluviométrico;
- ✓ Programa de Monitoramento da Poluição Sonora – PARNASO;
- ✓ Programa de Implantação de Espécies Nativas da Mata Atlântica;
- ✓ Programa de Controle Ambiental;

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A sustentabilidade também é uma prática constante na CRT. Pelo projeto de compostagem, as sobras de alimentos geradas no restaurante da empresa são transformadas em composto orgânico para utilizar no plantio e manutenção das espécies cultivadas no horto florestal. Essas espécies são utilizadas em plantios compensatórios e paisagísticos, e aplicadas como barreira antiofuscante na rodovia.

7.8 Concessionária em números

Tabela - Rodovias												
Dados anuais												
<u>Quilômetros de rodovia</u>	142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ											
<u>Número de veículos que transitaram</u>	EIXOS	2	3	4	5	6	7	8	10+	TOTAL		
	QUANT.	7.813.491	419.549	287.452	198.260	229.880	39.937	1.130	27.577	9.017.276		
<u>Número de praças de pedágios</u>	São 3 praças de Pedágio em operação, PN2 foi suspensa e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT.											
<u>Tarifa</u>	Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 19,30; Comercial por eixo - R\$19,30; Motocicletas - R\$ 9,65 Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 13,50; Comercial por eixo - R\$ 13,50; Motocicletas - R\$ 6,75.											
<u>Número de quilômetros mantidos</u>	142,5 km											
Índice de congestionamento												
<u>Trânsito Médio Diário Equivalente</u>	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19
	42.528	38.766	38.119	37.691	37.096	37.490	39.673	38.089	38.642	40.223	40.289	42.346
<u>Trânsito Médio Anual Equivalente</u>	39.258											
<u>Equipes utilizadas pelo concessionário</u>	4 Bases Operacionais; 72 Câmeras de monitoramento; 3 Carros-resgate; 7 Estação meteorológica; 9 Estação pluviométrica; 6 Guinchos; 6 Painéis de mensagens variáveis; 100 Telefones de emergência (calboxes); 1 UTI - Móvel; 5 Viaturas de Inspeção;											
Índice de qualidade de estrada												
<u>Receita de Pedágio</u>	271.598											
<u>Custos associados às receitas de pedágio</u>	126.276											
Fator Trabalho												
<u>Número de Trabalhadores</u>	283											
<u>Despesas de Pessoal</u>	21.301											
Fator Capital												
<u>Despesas de Depreciação/ Amortização</u>	396.716											
<u>Ativo Líquido</u>	100.198											
<u>Ativo Bruto</u>	496.914											
Série Histórica dos Investimentos												
	ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
		18.325	10.534	7.843	19.606	20.067	19.239	12.039	7.078	7.213	11.909	9.891
	ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
		14.247	13.428	22.423	20.215	57.737	44.760	45.788	31.121	35.210	13.988	20.470
	ANO	2018	2019									
		11.415	22.371									
Fatores Intermediários												
<u>Despesas em Administração</u>	2.852											
<u>Despesas em Manutenção</u>	1.127											
<u>Outras Despesas</u>	7.081											
Seguridade												
<u>Quantidade de acidentes</u>	Acidentes por Gravidade	Quant.										
	Acidentes com Mortes	27										
	Acidentes com Feridos	704										
	Acidentes sem Feridos	454										
	Total	1.185										
Indicadores												
<u>Receita por Veículo</u>	30,12											
<u>Custo por veículo</u>	14,00											

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

7.9 Balanço Social

CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A - CRT

Balanço Social

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em mil)

1 - Base de cálculo	2019 - Valor			2018 - Valor			
Faturamento bruto							
			287.800			288.158	
Receita líquida (RL)			260.734			258.683	
Resultado operacional (RO)			107.659			98.810	
Folha de pagamento bruta (FPB)			15.877			13.786	
Folha de pagamento bruta - Total remunerações			14.630			13.786	
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	1.384	9%	1%	1.873	14%	1%	
Encargos Sociais	6.308	40%	2%	9.699	70%	4%	
Saúde	1.704	11%	1%	1.830	13%	1%	
Segurança e Saúde no trabalho	294	2%	0%	281	2%	0%	
Educação	10	0%	0%	17	0%	0%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	62	0%	0%	22	0%	0%	
Participação nos lucros ou resultados	2.123	13%	1%	2.001	15%	1%	
Outros	1.858	12%	1%	2.564	19%	1%	
Total - Indicadores sociais internos	13.743	87%	6%	18.287	133%	9%	
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	
Cultura	343	2%	0%	400	3%	0%	
Outros	13	0%	0%	27	0%	0%	
Total de contribuições à sociedade	356	2%		427	3%		
Tributos (Exceto encargos sociais)	48.580	306%	19%	44.183	320%	17%	
Total - Indicadores sociais externos	48.936	308%	19%	44.610	324%	17%	
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	919	6%	0%	695	5%	0%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	640	4%	0%	745	5%	0%	
Total de investimentos em meio ambiente	1.559	10%		1.440	10%		
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos, a Concessionária:							
			() Não possui metas			() Não possui metas	
			() Cumpre de 0 a 50%			() Cumpre de 0 a 50%	
			() Cumpre de 50 a 75%			() Cumpre de 50 a 75%	
			(X) Cumpre de 75 a 100%			(X) Cumpre de 75 a 100%	
5 - Indicadores do corpo funcional	2019			2018			
Nº de colaboradores ao final do período			283			339	
Tempo de serviço							
			10,95% até seis meses			26,25% até seis meses	
			12,72% de seis meses a um ano			6,78% de seis meses a um ano	
			22,97% entre um e dois anos			3,24% entre um e dois anos	
			12,01% entre dois e cinco anos			14,16% entre dois e cinco anos	
			41,34% mais de cinco anos			49,56% mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período			72			128	
Nº de demissões durante o período			128			162	
Nº de estagiários (as)			1			1	
Nº de colaboradores terceirizados			535			573	
Nº de colaboradores com até 18 anos			5			6	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos			52			54	
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos			169			205	
Nº de colaboradores acima de 45 anos			57			74	
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária			105			115	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres			26,92%			21,88%	
Remuneração paga a mulheres no período			217			227.816	
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária			41			38	
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais			11			11	
Total de horas extras trabalhadas			2.219			3.031	
Total de horas extras pagas			357	2%		421	3%
Total de INSS pagos			2.836	18%		3.482	25%
Total de FGTS pago			1.827	12%		2.652	19%
Total de Contribuição Sindical paga			249	2%		233	2%
Total dos demais encargos sociais pagos			649	4%		744	5%
Total de ICMS recolhido no período			742	5%		485	4%
Total de IR recolhido no período			17.869	113%		14.968	109%
Total de CSLL recolhida no período			6.413	40%		5.567	40%
Total de PIS recolhida no período			1.750	11%		1.743	13%
Total de COFINS recolhida no período			8.079	51%		8.045	58%
Total de outros tributos recolhidos no período			13.779	87%		13.371	97%

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2019	2018
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	61,84%	62,62%
Número total de acidentes de trabalho	2	12
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input checked="" type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	71% na Concessionária 100% no PROCON 3% na Justiça	34% na Concessionária 100% no PROCON 2% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir:	157.547	160.486
Distribuição do Valor Adicionado	33% governo 24% acionistas 12% colaboradores 24% terceiros 7% retido	30% governo 16% acionistas 15% colaboradores 30% terceiros 8% retido

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Prêmios e Reconhecimentos

- Em 2005, a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários de serviços das empresas de transporte terrestre, realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.
- Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta, a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no país, com a avaliação média geral de 7,1.
- Segundo a pesquisa IBOPE/2018, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 85% dos entrevistados consideram a rodovia Ótima + Boa. Esse índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela Companhia.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- O Projeto Teatro dos Apaixonados realizado pela APAE de Magé/RJ, patrocinado integralmente pela CRT, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – Lei Rouanet, e sob a gestão da Criativa Social, recebeu o Prêmio Baixada 2016. Em sua 15ª edição, a premiação tem como objetivo valorizar as ações de pessoas e instituições envolvidas com produção cultural e artística.

-

8.2 Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, BKR Lopes Machado Auditores, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

8.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária Rio-Teresópolis S/A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BKR Lopes Machado Auditores e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

8.4 Agradecimentos

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais, e a todos os nossos colaboradores pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

1 - Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2020.

2 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Bases de preparação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.19.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas

Notas Explicativas

internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards” (IFRS)), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), bem como as orientações específicas emanadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novas normas emitidas pelo IASB e pelo CPC

- IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil". Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia mensurou e adotou a norma, uma vez que mantém contratos de arrendamento durante o ano, em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma afetou, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não reapresentou os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS/CPC e/ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderão ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

Notas Explicativas

2.4 Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Companhia conhece a abordagem simplificada conforme indicado pelo IFRS 9/CPC 48, que determina as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, porém por não considerar duvidosa a recuperação dos créditos, não constituiu provisão para perdas.

2.5 Estoques

Os estoques são apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.6 Ativos intangíveis

(a) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O reconhecimento inicial do ativo intangível é feito pelo custo de aquisição/ construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida com base no prazo de concessão. Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados às atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(b) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A Companhia não opera com desenvolvimento de softwares.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e serão depreciados até o encerramento da Companhia. Abaixo vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8 Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido dos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido dos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base

Notas Explicativas

no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de doze meses. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na Demonstração do Resultado ou capitalizado durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.12 Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

Notas Explicativas

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções da receita bruta na Demonstração do Resultado, juntamente com o ISS.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Os impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2.13 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em conformidade com a política que atribui na parcela do lucro destinado aos acionistas após certos ajustes, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

2.14 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das classificações, levando em consideração o tipo de transação, tipo de cliente e as especificações de cada operação.

a) Receita de serviços

A receita de serviços compreende a cobrança e pedágio e é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A atividade da Companhia é alcançada pela ICPC01, sendo a receita de construção registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas Demonstrações do Resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

Notas Explicativas

2.16 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.17 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, e os circulantes somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou

Notas Explicativas

passivo afetado em períodos futuros.

a.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da Administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam maior probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

b.1) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, bem como a avaliação dos advogados externos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.2) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25. Na Nota 15 estão divulgados os montantes dos processos judiciais classificadas com risco de perda “possível”, os quais poderão impactar o saldo da provisão para contingências no próximo exercício social, caso a sua probabilidade de perda seja reavaliada para “provável”.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

Notas Explicativas

significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.21 Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação poderá ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros foram classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.22 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.23 Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3 - Gestão de Risco Financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são

Notas Explicativas

aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com “rating” mínimo “A(bra)”. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 52.673 (R\$ 20.950 em 2018), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

3.1 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, foi requerido algum julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados

Notas Explicativas

substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

<u>Operação</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A 25%</u>	<u>Cenário B 50%</u>
Aplicação financeira	52.673	52.673	52.673
Taxa anual estimada do CDI	5,96%	4,47%	2,98%
Efeito anual no caixa líquido	3.139	2.354	1.570

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

BNDES Automático II

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A 25%</u>	<u>Cenário B 50%</u>
Passivos financeiros/Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito 1	TJLP + 6,20%	10.400	10.495	10.591
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,57%	6,96%	8,36%

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de

Notas Explicativas

empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures, empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, podem ser assim sumariados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Debêntures (Nota 17)	19.200	19.359
Total dos empréstimos (Nota 13)	9.694	19.593
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(60.475)</u>	<u>25.625)</u>
Dívida líquida	(31.581)	13.327
Total do patrimônio líquido	<u>137.021</u>	<u>141.083</u>
Total do capital	<u>105.440</u>	<u>154.410</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>(0,30)</u>	<u>0,09</u>

Em 09/09/2019, a Companhia teve o seu rating afirmado em ‘AAA(bra)’ atribuído pela classificadora de riscos “Fitch Ratings”, com perspectiva estável.

4 - Contrato de Concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

Notas Explicativas

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 66.523, como segue (dados em milhares de reais):

	2020	2021	Total
Investimentos - PER	<u>65.272</u>	<u>1.251</u>	<u>66.523</u>

Tais investimentos estão condicionados à autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019	2018
<u>Caixa e Bancos:</u>	7.802	4.675
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Santander S.A.	20.074	8.034
Caixa Econômica Federal	6.217	5.865
Banco ABC Brasil S.A.	21.328	7.051
Banco Bradesco S.A.	5.054	-
	<u>52.673</u>	<u>20.950</u>
Total	<u>60.475</u>	<u>25.625</u>

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 98,5% e 100,5% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

6 - Aplicações Financeiras – Não Circulante

	2019	2018
Aplicações Financeiras	-	2.942
Total não circulante	<u>-</u>	<u>2.942</u>

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário a um percentual do CDI, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do

Notas Explicativas

principal e dos juros contratados. Em julho de 2019, houve a liquidação do empréstimo, extinguindo assim, as cláusulas restritivas estabelecidas na ocasião de sua liberação.

7 - Créditos a Receber

	2019	2018
Pedágio eletrônico	13.833	13.433
Vale Pedágio	1.058	1.095
Outros	40	21
Total	<u>14.931</u>	<u>14.549</u>

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18/09/2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Além desses, a Companhia opera ainda com os pedágios eletrônicos Veloe, Conectcar, Move Mais, Grenpass e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de dezembro de 2019, não há valores significativos em atraso.

8 - Estoques

	2019	2018
Almoxarifado	1.073	908
Matéria-prima	178	104
Total	<u>1.251</u>	<u>1.012</u>

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

9 - Impostos, Taxas e Contribuições

a) Impostos a recuperar

	2019	2018
Imposto de Renda e Contribuição Social	218	1.666
PIS e COFINS	227	227
IPTU	14	-
ICMS	-	9
Circulante	<u>459</u>	<u>1.902</u>

Notas Explicativasb) Obrigações fiscais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.534	2.279
PIS e COFINS	969	979
ISS	1.364	1.406
ICMS	46	2
IRRF	17	17
Circulante	<u>4.930</u>	<u>4.683</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	79	29	108	355	127	482
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.083	750	2.833	2.207	795	3.002
IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas	197	71	268	359	129	488
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo						
Debêntures	2.300	828	3.128	1.753	631	2.384
IR e CSLL diferidos s/ Contingência Tributária	-	-	-	260	-	260
IR e CSLL diferidos s/ Arrendamento	1.069	385	1.454	-	-	-
Ativo não circulante	<u>5.728</u>	<u>2.063</u>	<u>7.791</u>	<u>4.934</u>	<u>1.682</u>	<u>6.616</u>
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	204	73	277	501	180	681
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	587	211	798	1.068	385	1.453
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência	995	358	1.353	995	358	1.353
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo						
Debêntures	841	303	1.144	841	303	1.144
Passivo não circulante	<u>2.627</u>	<u>945</u>	<u>3.572</u>	<u>3.405</u>	<u>1.226</u>	<u>4.631</u>
Imposto diferido líquido ativo	<u>3.101</u>	<u>1.118</u>	<u>4.219</u>	<u>1.529</u>	<u>456</u>	<u>1.985</u>

Notas Explicativas**d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes da tributação	72.691	60.025
IR e CS sobre lucro líquido 34%	(24.715)	(20.409)
Despesas não dedutíveis diversas	(2.153)	(2.009)
Exclusões permanentes diversas	598	711
Incentivos fiscais	107	400
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	313	676
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	76	72
IRPJ e CSLL sobre contratos de arrendamento	1.467	-
Outros	24	24
IR e CS totais	(24.283)	(20.535)
Corrente	(26.592)	(21.601)
Diferido	2.309	1.066

Notas Explicativas

10 - Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total
Em 1º de janeiro de 2018							
Saldo inicial líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Aquisições	175	143	33	-	5	1.215	1.571
Transferências	(3.126)	313	(66)	7	(2.957)	(1.185)	(7.014)
Baixas	(1.516)	(585)	(195)	(129)	(208)	-	(2.633)
Depreciação	(439)	(83)	(61)	(557)	(7)	-	(1.147)
Transferências	1.533	(88)	70	297	14	-	1.826
Baixas	1.323	547	150	74	181	-	2.275
Saldo contábil líquido	738	633	165	672	195	249	2.652
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	2.007	1.350	316	1.294	385	249	5.601
Depreciação acumulada	(1.269)	(717)	(151)	(622)	(190)	-	(2.949)
Saldo contábil líquido	738	633	165	672	195	249	2.652
Em 1º de janeiro de 2019							
Saldo inicial líquido	738	633	165	672	195	249	2.652
Aquisições	-	3	1	-	-	326	330
Transferências	259	105	26	-	(118)	(356)	(84)
Baixas	(9)	(56)	(13)	-	-	-	(78)
Depreciação	(179)	(232)	(30)	(244)	(12)	(23)	(720)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	4	43	9	-	-	-	56
Saldo contábil líquido	813	496	158	428	65	196	2.156
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	2.257	1.402	330	1.294	267	219	5.769
Depreciação acumulada	(1.444)	(906)	(172)	(866)	(202)	(23)	(3.613)
Saldo contábil líquido	813	496	158	428	65	196	2.156

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Notas Explicativas

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

10.1 Contratos de arrendamento

Identificamos R\$ 6.748 de compromissos com arrendamento mercantil operacional e este valor está sendo reconhecido no balanço patrimonial como direito de uso de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia provisionou o valor de R\$ 96 correspondente a pagamentos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício.

	<u>Veículos leves</u>	<u>Veículos pesados</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2019				
Saldo inicial remanescente				
Custo	723	3.828	146	4.697
Aquisições	996	4.488	-	5.484
Baixas	(723)	(2.710)	-	(3.433)
Depreciação	(694)	(3.165)	(116)	(3.975)
Baixas	356	995	-	1.351
Saldo contábil líquido	658	3.436	30	4.124
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	996	5.606	146	6.748
Depreciação acumulada	(338)	(2.170)	(116)	(2.624)
Saldo contábil líquido	658	3.436	30	4.124

Notas Explicativas

11 - Intangível

	Infraestrutura				Estoques para Imobilizações ²	Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros ¹				
Em 1º de janeiro de 2018								
Custo	207.722	32.065	205.415	3.259	-	89	903	449.453
Amortização acumulada	(124.889)	(21.045)	(138.672)	-	-	(54)	(491)	(285.151)
Saldo contábil líquido	82.833	11.020	66.743	3.259	-	35	412	164.302
Em 31 de dezembro de 2018								
Saldo inicial	82.833	11.020	66.743	3.259	-	35	412	164.302
Aquisições	198	407	875	24.304	-	-	84	25.868
Transferências	(53.978)	18.585	49.159	(7.210)	-	-	458	7.014
Baixas	(4.694)	(6.195)	(1.960)	-	-	(51)	(492)	(13.392)
Amortização	(23.560)	(4.808)	(22.410)	-	-	(11)	(282)	(51.071)
Transferências	41.027	(9.845)	(32.925)	41.027	-	-	(57)	(1.800)
Baixas	2.814	5.965	2.949	-	-	51	492	12.271
Saldo contábil líquido	44.640	15.129	62.431	20.353	-	24	615	143.192
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	149.248	44.862	253.489	20.353	-	38	953	468.943
Amortização acumulada	(104.608)	(29.733)	(191.058)	-	-	(14)	(338)	(325.751)
Saldo contábil líquido	44.640	15.129	62.431	20.353	-	24	615	143.192
Em 1º de janeiro de 2019								
Saldo inicial	44.640	15.129	62.431	20.353	-	24	615	143.192
Aquisições	40	650	-	14.707	392	-	18	15.807
Transferências	21.453	684	11.759	(33.891)	(27)	-	(6)	(28)
Baixas	-	(325)	-	-	-	-	-	(325)
Amortização	(25.905)	(7.565)	(31.267)	-	(56)	(8)	(183)	(64.984)
Transferências	-	(3)	2	-	-	-	1	-
Baixas	-	256	-	-	-	-	-	256
Saldo contábil líquido	40.228	8.826	42.925	1.169	309	16	445	93.918
Em 31 de dezembro de 2019								
Custo	170.741	45.871	265.248	1.169	365	38	965	484.397
Amortização acumulada	(130.513)	(37.045)	(222.323)	-	(56)	(22)	(520)	(390.479)
Saldo contábil líquido	40.228	8.826	42.925	1.169	309	16	445	93.918

¹ O valor de Outros de refere a obras em andamento.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo intangível.

Notas Explicativas

Para os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

Durante o exercício de 2019, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 655, diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

12 - Fornecedores, Arrendamento Mercantil e outras Obrigações

a) Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores		
Fornecedores nacionais ⁽¹⁾	2.248	2.565
	<u>2.248</u>	<u>2.565</u>

b) Arrendamento mercantil

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Arrendamento mercantil operacional	3.469	-
Arrendamento a apropriar	136	-
	<u>3.605</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

c) Outras obrigações

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões sobre fianças ⁽²⁾	-	19
Verba de fiscalização ⁽³⁾	356	345
Receita diferida ⁽⁴⁾	679	640
Retenções contratuais ⁽⁵⁾	169	361
Seguros a pagar ⁽⁶⁾	54	36
Energia ⁽⁷⁾	248	219
Outras	6	114
	<u>1.512</u>	<u>1.734</u>
 Dividendos	 6	 6
 Total	 <u>1.518</u>	 <u>1.740</u>

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 representam obrigações com prazos de pagamento geralmente inferiores a três meses.

(2) As comissões sobre fianças referem-se às garantias predeterminadas no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES. (Nota 13)

(3) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.

(4) Antecipações recebidas de clientes referentes a receitas extraordinárias, por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar num período de até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.

(5) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

(6) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia (Nota 25)

(7) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica

Notas Explicativas

13 - Empréstimos e financiamentos

a) Composição e movimentação do saldo em aberto dos empréstimos

Objeto	Subcréditos	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial		Principal			Juros		Saldo final
					31/12/2018	Captação	Pagamento	Varição monetária	incorridos	pagos *	31/12/2019	
BNDES I	C	jul/19	TJLP	1,80 % a.a.	795	-	(766)	(28)	18	(19)	-	
BNDES I	D	jul/19	TJLP	2,80 % a.a.	341	-	(328)	(11)	8	(10)	-	
BNDES III	A	jul/19	TJLP	1,89 % a.a.	4.442	-	(4.276)	(152)	99	(113)	-	
BNDES III	B	jul/19	TJLP	2,89 % a.a.	1.953	-	(1.879)	(68)	49	(55)	-	
BNDES Automático II	1	fev/21	TJLP	6,00% a.a.	12.062	5.217	(7.560)	(2)	1.451	(1.474)	9.694	
Total					19.593	5.217	(14.809)	(261)	1.625	(1.671)	9.694	
Passivo circulante					13.158						8.322	
Passivo não circulante					6.435						1.372	

* A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa de financiamento, por se tratar de custos com obtenção de recursos financeiros.

Em 15/07/2019 os contratos com BNDES I e BNDES III foram liquidados.

b) Histórico de liberação dos contratos de empréstimos – BNDES Automático II

A Companhia firmou contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco Santander S.A. Os recursos foram destinados às obras de contenção, fresagem, microrevestimento, passarelas, dreno horizontal e recuperação do pavimento rígido.

A totalidade do crédito compreende R\$ 20.000, montante totalmente levantado até a presente data.

Sobre o valor financiado incidirão juros de 6% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. O crédito inicial foi utilizado até outubro de 2017, visto que as liberações são realizadas pelo sistema de reembolso. A amortização teve início em 15 de março de 2018.

O presente contrato não possui cláusulas restritivas (“covenants”).

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	2019
2020	-
2021	1.372
Total longo prazo	<u>1.372</u>

Notas Explicativas**14 - Salários, Provisões e Contribuições**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obrigações trabalhistas	1.427	1.555
Participação no resultado	1.438	1.615
Encargos trabalhistas	652	751
Imposto de renda retido na fonte	88	84
Benefícios	-	10
Outros	195	170
Total Circulante	<u>3.800</u>	<u>4.185</u>

15 - Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseada nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 25). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 710 em dezembro de 2019 (em 2018 – R\$ 665), depositados e bloqueados judicialmente referente aos processos cíveis e trabalhistas, nos valores de R\$ 653 (2018 - R\$ 637) e R\$ 57 (2018 – R\$ 28), respectivamente.

Composição e movimentação do saldo

	<u>Saldo Inicial 2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Provisões Revertidas</u>	<u>Saldo Final 2019</u>
Trabalhistas	1.301	177	(77)	(740)	661
Cíveis	7.526	381	(181)	(55)	7.671
Valor Provisionado	<u>8.827</u>	<u>558</u>	<u>(258)</u>	<u>(795)</u>	<u>8.332</u>

Destaca-se o valor atualmente registrado a título de provisão de contingência cível na importância de R\$ 7.671, dos quais, R\$ 6.371 refere-se à ação ajuizada por Jaílson Bispo Ferreira contra a CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. Esta ação está coberta por apólice emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981 (2018 - R\$ 3.981), registrado no ativo não circulante.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, possível e remota envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para

Notas Explicativas

cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de mais de vinte anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 860. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 05/05/2017 nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013.

Notas Explicativas

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

A ANTT, embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão, conforme as previsões contratuais em vigor.

A CRT acredita que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos neste.

d) Contingências possíveis

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 10.553 em dezembro de 2019 (R\$ 12.595 em 2018), referente a processos trabalhistas e cíveis, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas	3.425	3.553
Cíveis	7.020	8.707
Fiscais	108	335
	<u>10.553</u>	<u>12.595</u>

16 - Provisão para Manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são:

	Saldo inicial <u>2018</u>	Provisão	Realização	Saldo final <u>2019</u>
Provisão para manutenção	958	116	(437)	637
Provisão de curto prazo	383			494
Provisão de longo prazo	575			143

Notas Explicativas

17 - Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001 com as seguintes características, resumidas:

- 1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
- 2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
- 3) Valor da emissão (em R\$): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
- 4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.
- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$0,56055, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.
- 8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):
2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da

Notas Explicativas

Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGPM”), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 21 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 (“Contrato de Concessão”).

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1(uma) ação.

Notas Explicativas

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

- 10) Destinação dos Recursos: (Cláusula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

- 11) Remuneração: (Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo

Notas Explicativas

pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

- a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

- b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

- c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

Notas Explicativas

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2. 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39. AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão, que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções, constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação. As condições completas da Escritura de Debêntures, e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Notas Explicativas

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (R\$ 13.505 ajustados a valor presente em 2019 e R\$ 11.317 em 2018), corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia provisionou o valor de R\$ 33.687 (2018: R\$ 42.777) correspondente à remuneração dos debenturistas.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

	Saldo Inicial 2018	Adições	Baixas	Saldo Final 2019
Debêntures	8.042	33.687	(36.034)	5.695
Valor Provisionado	8.042	33.687	(36.034)	5.695

18 - Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 95.000 (2018 – R\$ 93.000), dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 26 de abril de 2019, foi deliberado o aumento de R\$ 2.000 no capital social autorizado da Companhia, mediante utilização de Reservas de Lucros, passando a ser R\$ 95.000.

Notas Explicativas

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2019				2018			
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
CCNE Carioca Concessões S/A	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda.	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	-	-	10.264	11,87	10.264	11,87
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A	-	-	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	-	-	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	-	-	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do período	48.408	39.490
Reserva legal	(2.420)	(1.974)
Base de cálculo	45.988	37.516
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo mínimo obrigatório	11.497	9.379
Dividendo adicional pago	20.245	16.910
Dividendo adicional proposto	11.487	8.976
Total de dividendos	43.229	35.265

Para o exercício de 2019, a distribuição atribuída é de 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, os dividendos adicionais pagos e os dividendos adicionais propostos.

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

	Saldo Inicial 2018	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 2019
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	14.799	(14.799)	-
Dividendo proposto	-	31.742	(31.742)	-
Dividendos antecipados	-	5.929	(5.929)	-
Total de dividendos	<u>6</u>	<u>52.470</u>	<u>(52.470)</u>	<u>6</u>

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

Notas Explicativas

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	2019	2018
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva legal	3.368	1.974
Reserva de restituição de capital	5.395	4.935
Reserva para investimentos	4.093	2.768
Reserva de retenção de lucros	25.569	34.810
Total das reservas	<u>42.021</u>	<u>48.083</u>

19 - Receitas

	2019	2018
Receita de pedágio	271.598	259.197
Receita extraordinária	1.455	1.398
Receita de construção *	14.747	24.304
Tributos incidentes sobre as receitas	(23.293)	(22.639)
Abatimentos sobre receitas de pedágio	(3.772)	(3.578)
Receita líquida	<u>260.735</u>	<u>258.682</u>

*O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 (R1) – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Notas Explicativas**20 - Custos**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	2.935	3.293
Prestadores de serviço	9.151	10.368
Material, equipamento e veículos	1.939	2.139
Gastos gerais	2.199	2.533
Depreciação e amortização	64.793	51.076
	<u>81.017</u>	<u>69.409</u>
Pessoal, encargos e benefícios	8.227	12.490
Prestadores de serviço	9.396	11.719
Material, equipamento e veículos	2.010	2.897
Gastos gerais	1.233	1.070
Custos contratuais de concessão	7.261	7.711
	<u>28.127</u>	<u>35.887</u>
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	1.246	1.308
Material, equipamento e veículos	38	13
	<u>1.284</u>	<u>1.321</u>
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	79	221
Custo apropriação	1.022	1.212
	<u>1.101</u>	<u>1.433</u>
Total de custos associados a receita de pedágio	<u>111.529</u>	<u>108.050</u>
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	14.747	24.304
Total	<u>126.276</u>	<u>132.354</u>

Notas Explicativas**21 - Despesas Gerais e Administrativas**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários, encargos e benefícios	7.567	8.951
Serviços de terceiros	2.852	3.055
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	1.126	1.731
Despesas gerais	6.902	6.330
Despesas de remuneração de dirigentes	1.511	1.463
Total	<u>19.958</u>	<u>21.530</u>

22 - Receitas e Despesas, Financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(970)	(1.741)
Despesas bancárias	(671)	(730)
Variação monetária passiva	(89)	(161)
Despesa Financeira - Debêntures	(2.188)	(1.851)
Despesa Financeira - Arrendamento	(193)	-
	<u>(4.111)</u>	<u>(4.483)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	2.737	2.040
Variação monetária ativa	52	245
Descontos obtidos	5	5
Outros	34	1
	<u>2.828</u>	<u>2.291</u>
Remuneração de Debenturistas	(33.687)	(42.777)
Total	<u>(34.970)</u>	<u>(44.969)</u>

Notas Explicativas

23 - Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

A Companhia atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de dezembro de 2019, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 2.123 (R\$ 2.001 em 2018).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2019, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 3.300.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	2019			2018		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	1.415	96	1.511	1.369	93	1.462
Bônus variáveis (i)	826	-	826	692	-	692
Outros	62	-	62	62	-	62
Total	<u>2.303</u>	<u>96</u>	<u>2.399</u>	<u>2.123</u>	<u>93</u>	<u>2.216</u>

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

Notas Explicativas

24 - Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil, seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2019			2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	26.172	22.236	48.408	21.351	18.139	39.490
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	536,48	590,12	559,86	437,64	481,40	456,71

(*) Para o lucro diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018, vide quadro abaixo:

- (1) A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro.
- (2) Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Notas Explicativas

	2019			2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	15.510	32.899	48.409	12.652	26.838	39.490
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	7.123	15.110	22.233	5.121	10.863	15.984
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	22.632	48.008	70.640	17.773	37.701	55.474
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	463,92	510,32	494,47	364,31	400,74	388,30

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2019 e 2018. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 17.

Notas Explicativas

25 - Coberturas de Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2019:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	10.000	12.09.19 a 12.03.21	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.
Riscos Operacionais	45.000	11.07.19 a 11.01.21	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.
Garantia	30.502	22.11.19 a 21.03.21	Fator Seguradora
Administradores e Diretores	20.000	15.02.19 a 15.02.20	Star International Brasil Seguradora S.A.
Automóveis	4.814	30.01.19 a 30.01.20	Tokio Marine Seguradora

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais

A Companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

1. Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na serra

A Serra de Teresópolis vem recebendo a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado a primeira fase do projeto, que compreende o trecho entre o Km 102 e o Km 98, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro de 2011 e em seguida foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

A segunda fase do projeto foi concluída em julho de 2012 e em agosto de 2012 iniciaram-se as obras do terceiro trecho, do Km 97 ao Km 94, que foram concluídas em novembro de 2014.

Terceira faixa dará maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra. Essa nova configuração permitiu que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegam é significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que previu as intervenções em etapas, dividindo o trecho em segmentos.

Este planejamento aumentou o prazo de conclusão da obra, mas atenuou o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a maioria dos motoristas (90%) foi favorável e desejavam a realização da obra, mesmo informados dos eventuais transtornos que as intervenções poderiam causar, já que haverá retenções médias ou intensas, dependendo do horário, do período do ano ou das condições de uso da rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não foi alterado.

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções ocorreu em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente na execução da obra

- Não houve canteiro de obras na Serra. Foi utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra foram segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Foi contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizou, entre outros, um técnico ambiental de campo que atuou de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que foram implementadas. Essa equipe assegurou a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.
- Foram implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que pudessem ser liberados durante a obra.

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

- Os equipamentos foram dotados de caixas de contenção para evitar derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios foram devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material fosse carregado para dentro dos mesmos, tendo sido realizado o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, tiveram lonas de cobertura, evitando emissão de material particulado para a atmosfera.
- Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

b) Demais projetos

Dentre as obras e serviços concluídos e em andamento no ano, destacamos:

SERVIÇO DE CONSERVA E MANUTENÇÃO

- Serviços de roçada capina e poda, manutenção e desobstrução de sistema de drenagem e implantação e manutenção cercas;
- Manutenção do sistema elétrico: Passarelas / PNs / Sede / BOP / BCM / Usina / BCM 105/ Iluminação Pública Canteiro Central;
- Contenção de encosta no Km 40,3 P2 e construção de Talude Km 24,5;
- Manutenção e recuperação do telhado das praças de pedágio PA1;
- Substituição e recuperação e pintura de guarda-corpos de pontes e passarelas ao longo da rodovia.
- Reconstrução do pavimento rígido – Km 92,1 - P1 e P2 / Km 103 P2
- Manutenção de obras de artes especiais – Ponte sobre o Rio da Biquinha Km 69,1 / Ponte sobre o Rio da Prata Km 76,6 / Passarela Parque Estrela Km 135,2 / Ponte sobre o Rio Saracuruna Km 140
- Fresagem - Entre o Km 70 e o Km 80: 15% CONCLUÍDO / Entre o Km 80 e o Km 89: 35% CONCLUÍDO / Entre o Km 106 e o Km 110: 20% CONCLUÍDO
- Lama Asfáltica Grossa de Ruptura Controlada: Entre Km 2,1 e o Km 10: 33% CONCLUÍDO
- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: 2.192 metros
- Manutenção da Sinalização Horizontal: 2.792,94 m2 de pintura e 186 tachas
- Manutenção da Sinalização Vertical: 75 placas, 23 delineadores e 0 Sirex
- Barreira de Proteção: 410 defensas metálicas

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAÇÃO

- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA) e da Qualidade do Ar, água e Poluição Sonora – Ao longo da área do PARNASO.

OUTROS

- Atualização do sistema de pesagem
- Atualização do sistema de atendimento ao usuário

2. Reequilíbrio do Contrato de Concessão

O contrato de concessão encontra-se desequilibrado pela não recomposição na tarifa do efeito da retirada das praças de pedágio PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, desde 2013.

A Companhia protocolou em 05/05/2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT.

A ANTT, através da Resolução 5.417/17 de 20/09/2017 publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2017, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária e aprovou a 7ª revisão extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 17,10 para R\$ 18,10, que passou a vigorar a partir do dia 25/09/2017.

O juízo da ação do reequilíbrio do contrato de concessão (8ª Vara de Brasília) julgou procedente em 22/09/2018, e publicou a decisão em 08/10/2018, o pleito de pagamento de aporte pela UNIÃO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013. Esta decisão judicial, promulgada em 1ª instância, terá seus desdobramentos acompanhados pela CRT, que adotará os procedimentos processuais cabíveis até seu trânsito em julgado.

A CRT entende que a ANTT respeitará essa medida e continuará mantendo seu compromisso na excelência de serviços prestados aos usuários da rodovia e na contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos municípios onde está presente, como vem ocorrendo ao longo de seus 23 anos.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rio Teresópolis S.A. (CRT)

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e registro das receitas de pedágio

Conforme nota explicativa 19, as receitas da Companhia advêm, substancialmente, de cobranças de pedágio, decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários".

As receitas são auferidas e devidamente registradas através de cobrança manual (em espécie nas cabines de pedágio) e, também, por meio de sistemas automáticos de arrecadação (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante)

Considerando o nível automatizado no processo de registro da receita e a relevância dos valores envolvidos, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria em decorrência do risco de distorções relevantes associados a totalidade das receitas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos principais procedimentos de auditoria objetivando o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros:

- i) entendimento dos controles internos mapeados pela Companhia e representativos para a sua mensuração, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação;
- ii) avaliação da consistência entre a prática contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e os procedimentos internos adotados pela Administração para o registro da receita de cobrança de pedágio;
- iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas e
- iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, obtivemos a confirmação (circularização) de parte significativa das transações de arrecadação automática de pedágio. O resultado desses procedimentos nos proporcionou evidência apropriada e suficiente de auditoria, no contexto das demonstrações financeiras, e não revelou inconsistências em relação às práticas contábeis da Companhia.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme nota explicativa 15, a Companhia é parte em processos de natureza cível e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos e registra provisão nas demonstrações financeiras nos casos em que considera que haverá perda provável, conforme preconização da norma contábil CPC 25 (IAS 17) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Além das ações consideradas como perda provável, a Companhia possui ações trabalhistas e civis, em curso, para as quais não foram registradas provisões, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela Administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

As avaliações de risco e as estimativas de perdas são elaboradas pela administração com base nas evidências disponíveis e nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, envolvendo elevado grau de julgamento, dada a complexidade dos temas.

A avaliação da administração leva em consideração, também, acordos de indenização de eventuais perdas nos referidos processos, negociados separadamente com companhias seguradoras. Nesse contexto, o andamento dos referidos processos nas diversas esferas aplicáveis pode resultar em alterações nas avaliações dos riscos de perda e impactar de forma significativa as provisões constituídas e o resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia, (b) inspeção de atas de reuniões da Administração e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Consideramos como razoáveis os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as correspondentes divulgações, estando consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

Capitalização e amortização de gastos no ativo intangível de concessão

O contrato de concessão rodoviário representa o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - IFRIC 12 - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Os critérios de reconhecimento destes valores, montantes investidos na infraestrutura e demais informações para contextualização do tema estão divulgados nas notas explicativas 2.6, 4 e 11.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolveram a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da Administração da Companhia, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos e/ou indevidamente capitalizadas. Já as amortizações do ativo intangível de concessão, estão classificadas e apresentadas nestas demonstrações financeiras como custo de serviço (nota 20) e representam, substancialmente, a maior conta devedora no resultado da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos além das amortizações, incluíram, dentre outros:

- (i) Avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessão;
- (ii) Realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessão, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas e
- (iii) Avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão.
- (iv) Testes de recálculos sobre as amortizações do ativo intangível registrada pela Companhia, considerando o critério de amortização praticada pela mesma, conforme nota explicativa 2.6(a).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos e amortização no ativo intangível da concessão, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos e amortizações, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores referentes as demonstrações financeiras comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

As demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 26 de fevereiro de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2020

BKR Lopes, Machado Auditores

CRC-RJ-2026-O/5

Mário Vieira Lopes

Contador - CRC- RJ 060.611/O-0

Márcio Alves Gonçalves Marçal

Contador - CRC-RJ-106.994/O-8

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio-Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ricardo Fraiha Bustani

Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes

Diretor Financeiro e de Relações

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório da BKR Lopes, Machado Auditores, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ricardo Fraiha Bustani

Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores